



V Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural

INVESTIGANDO DIFERENTES FORMATOS PARA A TRADUÇÃO AUDIOVISUAL EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: Uma pesquisa de preferências.

CARDOSO, EDUARDO (1); NOGUEIRA, TIAGO C., (2); ZARDO, KEMI O. (3)

1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Design e Expressão Gráfica.
Rua Miguel Couto 218, Menino Deus, Porto Alegre. CEP: 90850-050.
eduardo.cardoso@ufrgs.br

2. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Línguas Modernas.
Av. Protásio Alves 7355, apto. 802, Petrópolis, Porto Alegre. CEP: 90410-003.
tiago.coimbra@ufrgs.br

3. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acadêmica de Bacharelado em Letras - Tradução e Interpretação de Libras - Português..
Av. Chicago, 59, apto. 13, Floresta, Porto Alegre. CEP 90240-010.
kemioshiro@gmail.com

RESUMO

1. INTRODUÇÃO

A tradução para Língua Brasileira de Sinais (Libras) desempenha uma função essencial como recurso de acessibilidade e política de respeito para a igualdade de uma minoria linguística. Declarações, normas e leis propõem esse empoderamento, tais como o artigo 3º da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), artigo 6º da Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural e mais, recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/15 que entrou em vigência em janeiro de 2016. Por meio dessas legislações, é possível oferecer às pessoas surdas tradução e interpretação para Libras em diversos âmbitos, nos quais, sem ela, a comunicação ficaria comprometida ou se tornaria impossível. Diante desse cenário, conforme Alves e Nogueira (2017, *no prelo*), torna-se evidente a necessidade da elaboração de políticas voltadas à tradução, compreendendo o importante papel do trabalho tradutório do Português para a Libras como meio de possibilitar o respeito à língua materna dos cidadãos brasileiros surdos. Ao tratarmos sobre a tradução de materiais audiovisuais para esse público, acreditamos ser necessário pensar e viabilizar o acesso em sua língua e, portanto, não mais mediado pela língua do outro (os não surdos) com suas respectivas legendas, mas por meio de uma língua de modalidade viso-espacial. No entanto, é necessário se pensar nos formatos e como essa tradução será inserida no vídeo. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na NBR 15290:2005 traz um tópico sobre o tema da tradução para Libras em meios de comunicação como a televisão. A partir dessas

considerações, o presente trabalho propõe investigar diferentes formatos para a tradução audiovisual em Libras e as preferências por um público surdo. Estudos sobre tradução audiovisual em Libras e Legendas para Surdos e Ensurdidos é um campo emergente dentro dos Estudos da Tradução. No entanto, não temos ainda uma vasta produção de literatura na área. Por esse motivo, o presente trabalho visa realizar um experimento e discutir os resultados obtivos a fim de fomentar novas pesquisas sobre o tema.

2. OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é analisar, a partir de um teste de recepção com surdos gaúchos, suas opiniões sobre a tradução de produtos audiovisuais em três diferentes formatos e posicionamento do intérprete de língua de sinais.

3. METODOLOGIA

A partir de discussões e observações anteriores de produtos audiovisuais acessíveis, o grupo COMacesso propôs a edição de um mesmo vídeo, porém com três diferentes formatos de apresentação da tradução para Libras. O primeiro formato escolhido mostra o tradutor e intérprete posicionado no canto inferior direito da tela, em recorte com sua imagem sobreposta ao vídeo. O segundo formato seguiu os padrões propostos pelo Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis publicado pela Secretaria do Audiovisual vinculada ao Ministério da Cultura no ano de 2016 com recomendações para o cinema. Nesse formato, a janela de Libras ocupa 25% da largura da margem inferior e 50% da altura da tela quando o produto audiovisual está diminuído em 30%. Por fim, o terceiro formato propõe o mesmo valor entre os tamanhos das telas do filme e de onde está o tradutor de Libras. Ou seja, ambos possuem o mesmo tamanho de largura e altura.

3.1 Descrição do Corpus

O vídeo escolhido chama-se “Los Colores de las Flores” (em Português, “As cores das flores”), uma produção da Bosalay Films com realização da JWT Madrid. O curta-metragem, de aproximadamente três minutos, tem a direção de Miguel Santesmeses e foi finalizado em janeiro de 2011 integrando uma campanha para a Organização Nacional de Cegos da Espanha (ONCE), uma instituição que tem como objetivo respeitar a educação e favorecer a inclusão escolar e social de alunos cegos e/ou com baixa visão. O vídeo contou com personagens reais e um discurso quase documental. As pessoas que aparecem no vídeo não são atores, mas sim pais, colegas e professores de Diego, o protagonista, um menino de sete anos cego congênito. O filme mostra como Diego descreve as cores das flores, em uma redação proposta pela professora.

3.2 Os participantes

O teste de recepção foi realizado na sede da Sociedade de Surdos do Rio Grande do Sul (SSRS), na tarde de 9 de setembro de 2017. O local escolhido possibilitou encontrarmos pessoas surdas de diversas faixas etárias, gênero e escolaridades, todas usuárias da Libras. O teste seguiu os seguintes procedimentos (1) Convite para a exibição dos filmes; (2) A partir da aceitação dos presentes na SSRS, criação de três grupos: dois com cinco participantes e um com seis, num total de 16 (dezesesseis) participantes; (3) Explicação sobre o objetivo da pesquisa e assinatura do termo de consentimento; (4) Preenchimento de questionário de identificação do sujeito; (5) Visualização do vídeo em três formatos já mencionados e; (6) Diálogo coletivo, em Libras e registrado em vídeo, das preferências e impressões sobre as três propostas.

Todos os participantes residem no estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Porto Alegre (62,5%), Caxias do Sul (25%), Canoas e Estância Velha (6,25% cada). Dos participantes, 56,25% são do gênero feminino e 43,75%, masculino. Os participantes tinham entre 25 e 49 anos, com escolaridade diversa: três com Ensino Médio completo; três com Superior incompleto; um com Superior em andamento; três com Pós-graduação em andamento e; seis com Pós-graduação completa. Destes, 87,6% se consideram surdos e 13,4%, ; dois, ensurdidos e todos, são usuários da Libras.

4. DESENVOLVIMENTO

Os dois primeiros grupos assistiram aos vídeos na ordem descrita anteriormente, primeiro com o tradutor em recorte sobreposto à tela; depois o formato sugerido pelo Ministério da Cultura e, por último, a proposta de igualdade de valores visuais. Após essa aplicação, para o terceiro grupo, decidiu-se, para controle de amostra, inverter a ordem de apresentação do primeiro e do último vídeos. Durante o momento de diálogo, após a exibição, foi utilizado um questionário pré-estruturado que serviu de orientação para a conversa. O questionário foi dividido em dois momentos, o primeiro mais específico sobre os formatos e a localização do tradutor e intérprete e o segundo com questões direcionadas à compreensão da história. Neste trabalho levaremos em consideração apenas a primeira parte do questionário, focando nas preferências técnicas (tipo e localização do tradutor) dos formatos.

5. RESULTADOS/CONCLUSÃO

A partir de uma primeira análise dos registros em vídeo dos diálogos após as exibições, percebeu-se uma preferência dos dois primeiros grupos pelo primeiro formato apresentado - o intérprete posicionado à direita da tela em recorte e imagem sobreposta ao vídeo. Mesmo sendo o formato preferido, os participantes indicaram melhorias para uma melhor visualização do tradutor. Alguns dos participantes sugeriram a inserção de uma camada translúcida entre o filme e o tradutor, para que a imagem não conflita com a tradução. O terceiro grupo, em que a ordem foi invertida, também apresentou uma alteração de preferência. O primeiro vídeo exibido, com valores iguais de imagem, foi o escolhido pela maioria. Os participantes dos dois primeiros grupos, comentaram que esse formato deixava a Libras muito longe da imagem. Não conseguindo acompanhar os elementos verbais (Libras) e não-verbais (filme), preferindo o tradutor em recorte, porém, terceiro grupo percebeu esse formato como uma valorização da língua. Ainda sobre esse terceiro formato, a sugestão de alguns participantes foi a de manter o intérprete ocupando um tamanho igual ao do filme, porém não inserido em um quadro com fundo branco, mas sim, em recorte.

O segundo formato, proposto conforme os padrões do Guia do Ministério da Cultura, recebeu críticas dos participantes dos três grupos dessa pesquisa. Entendemos que o formato em questão pretende “[...] não comprometer a visualização da obra audiovisual [...]” (NAVES et al., 2016, p.32), porém, para os participantes dessa amostragem não está adequado e não oferece uma boa qualidade na compreensão. Os participantes apontaram os seguintes problemas: 1)algumas questões, como o fundo escuro, que se mistura com a cor de camisa da tradutora, neste caso preta. Apontou-se a questão do intérprete ficar sem plano de fundo, evidenciando apenas sua cabeça, pescoço e braços. Uma sugestão apresentada por alguns dos participantes foi a troca da cor da camisa, para que pudesse contrastar com a cor da pele da tradutora e com o fundo escuro.

Interessante observar que a maior parte dos participantes manifestaram sua preferência pela existência de Legendas para Surdos e Ensurdidos (LSE), preterindo a presença do tradutor de Libras na tela. Conforme Faria e Silva (2016), que também realizaram uma investigação sobre a preferência da tradução ou da LSE em produtos audiovisuais. Essa escolha foi justificada primeiro pela prática mais comum de se ter LSE em grande parte dos produtos audiovisuais disponíveis quando comparados com a oferta de tradução para Libras. Outro ponto levantado foi a maior credibilidade nas LSE do que na tradução para Libras. Isso porque os participantes acreditam que nem sempre se pode controlar a qualidade da tradução para Libras, sendo a LSE, segundo eles, mais equivalente ao texto original. Interessante observar esse posicionamento, uma vez que acreditamos que esse debate deve ser mais discutido, visto que os participantes dessa amostragem possam desconhecer que a produção de LSE também passa por processos tradutórios como a Libras. Dessa forma, também podem ser necessárias estratégias, tais como redução textual, omissão e adaptação. Outra justificativa pela preferência de LSE pelos participantes foi a possibilidade de aquisição de novos vocabulários a partir da leitura de legendas, estratégia muito utilizada na aprendizagem de usuários de uma segunda língua. Esses resultados vão ao encontro, em uma análise mais atenta, dos estudos de Reichert (2006) que afirma que a escolaridade do surdo influencia diretamente em sua compreensão dos conteúdos televisionados. Conforme o autor, os surdos que dominam a língua portuguesa tendem a preferir a legenda, enquanto os surdos que dominam melhor a Libras preferem a janela com intérprete.

No entanto, os participantes destacaram que gostariam de ter a possibilidade de ambos formatos (LSE e tradução para Libras) disponíveis, podendo escolher qual o recurso preferem. Lembramos que a comunidade surda é diversa, existindo grupos tendo a Libras como primeira língua e o português em diferentes níveis de bilinguismo. Isso vem ao encontro do artigo 3º da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, que tem como princípio o “[...] respeito pela dignidade, autonomia individual, inclusive liberdade para fazer as próprias escolhas e a independência das pessoas, a plena e efetiva participação na sociedade e igualdade de oportunidade e acessibilidade.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012 p. 28).

Um ponto interessante observado foi a confiança demonstrada pelos participantes em relação à tradutora. A profissional escolhida é gaúcha e trabalha há mais de 20 anos com a língua de sinais. Percebeu-se que ao reconhecerem a tradutora, eles sentiam-se mais confortáveis para responder e participar desse teste de recepção. Os participantes destacaram a variação linguística utilizada pela tradutora como um ponto favorável que contribuiu para a compreensão da história. Avaliamos esse ponto como sendo positivo, uma vez que os participantes ressaltaram a necessidade de contratação de profissionais, como garantia de um resultado com mais qualidade.

Acreditamos que essa pesquisa deixa um questionamento para próximos trabalhos no que diz respeito aos diferentes gêneros audiovisuais. Ou seja, será que os padrões técnicos de exibição da tradução para Libras deva ser sempre os mesmos ou diferentes gêneros exigem outras formas de apresentação dessa tradução? Entendemos que a oferta de produtos audiovisuais com tradução para Libras ainda é escassa e que é necessário que se mude essa realidade, tanto da oferta como a receptividade do público para a Libras.

Dessa forma, a presente pesquisa não dá por encerrados os debates na área da recepção técnica da tradução de obras audiovisuais para a língua de sinais. As sugestões e comentários recebidos nessa primeira avaliação servem de ponto de partida para que mais pesquisas sejam realizadas nesse campo, identificando formatos que contribuam para uma maior compreensão dos produtos traduzidos. Acreditamos ainda que a metodologia de pesquisas de recepção possam ser melhoradas, a fim de observar melhor esse campo pouco explorado.

Palavras-chave: Tradução para Libras; Traduções audiovisuais; Localização da janela de Libras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 15290: acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2005. Acesso em novembro de 2017.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. Acesso em novembro de 2017.

_____. Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: 2015. Acesso em novembro de 2017.

NAVES, S. B. (et al. Org.). Guia para produções Audiovisuais Acessíveis. 1. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2016. 85p .

NOGUEIRA; T.C; ALVES; T. M. Tradução de curtas-metragens para a Libras: Procedimentos e desafios. In: Tradução/Interpretação de/para LS de Textos e Contextos Artísticos. Florianópolis-UFSC- 2016. (no prelo)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. 2007, 4ª ed. 2012. Acesso em novembro de 2017. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoopessoascomdeficiencia.pdf>

REICHERT, André Ribeiro. Mídia televisiva sem som. 2006. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA D.C; FARIA, N.G. Legendas e Janelas: Questão de Acessibilidade. Revista Sinalizar. Vol.1, nº.1. 2016.

UNESCO. Declaração universal da Unesco sobre a diversidade cultural. Novembro de 2001, Paris. Disponível em: www.unesco.org/culture/pluralism/diversity/html_fr

